

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.979 - MG (2019/0352051-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : R M G J
ADVOGADOS : JULIANO COMUNIAN - MG081666
THAMYRES DUARTE FARIA - MG174847
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO
NO HC N.º 525.101/SP. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO RECURSAL
LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por R. M. G. J. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.19.081132-3/000.

O Ministério Público ofereceu representação contra o Recorrente e outros dois menores pela suposta prática de atos infracionais análogos aos crimes tipificados nos arts. 287 e 288 do Código Penal e no art. 5.º da Lei n.º 13.260/2016.

Consta dos autos que os Adolescentes se associaram e realizaram atos preparatórios típicos de terrorismo, tendo como alvo alunos, professores e funcionários de um colégio de Varginha/MG. Consoante especificado na representação (fls. 772-784), o Recorrente, apontado como o autor intelectual, seria o responsável por executar as condutas típicas de terrorismo "*a fim de causar terror, pânico e a morte de inúmeros alunos, funcionários e professores da instituição de ensino*".

No feito originário, a Defesa apresentou exceção de suspeição contra o Promotor de Justiça atuante na Comarca, sob o argumento de que a filha do membro do *Parquet* estuda na escola que seria alvo do suposto ataque.

O Juiz julgou improcedente a exceção de suspeição.

Irresignada, a Defesa manejou prévio *writ* na origem.

O pedido liminar foi deferido pelo Desembargador Relator do feito para suspender audiência anteriormente marcada para o mês de julho/2019. No entanto, ao julgar o mérito do *mandamus*, a Corte estadual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fls.

943-948):

"HABEAS-CORPUS – ATOS PREPARATÓRIOS DE TERRORISMO, POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO, APOLOGIA DE CRIME E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA – IMPOSSIBILIDADE – ORDEM DENEGADA. 1. Não demonstrando que o il. Representante do Ministério Público agiu em causa própria, com interesse direto no feito, ou em qualquer hipótese prevista no art. 252 do CPP, inviável é a declaração de seu impedimento. 2. Ordem denegada."

Nas razões recursais, alega a Defesa que, ao contrário do que asseverou a Corte de origem, *"restou comprovado (sic) a SUSPEIÇÃO e IMPEDIMENTO do r. Promotor de Justiça para condução do caso"* (fl. 985).

Aduz que *"a filha do r. Promotor de Justiça é DIRETAMENTE INTERESSADA no feito, pois é certo que todos os pais dos alunos estudantes do Colégio alvo do suposto ataque, com toda certeza, possuem sentimentos pessoais em relação ao caso"* (fl. 988).

Requer, liminarmente, *"a IMEDIATA SUSPENSÃO DO FEITO, até o julgamento final do presente writ, haja vista que a decisão que concedeu a liminar de suspensão do feito, ainda não transitou em julgado, e, ainda, caso o feito siga seu regular tramite, há riscos de ocorrer NULIDADE, por ser evidente a condução do caso por Promotor de Justiça suspeito e impedido"* (fl. 989). No mérito, postula a ratificação da liminar.

É o relatório. Decido.

No **HC n.º 540.473/MG**, a mim distribuído em 17/10/2019, foi formulada idêntica pretensão, em favor do ora Recorrente, no qual **indeferi** o pedido liminar.

O presente recurso, portanto, é mera **reiteração** de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambas **o mesmo acórdão e a mesma matéria**.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus* e recurso ordinário em *habeas corpus* em que se constata **litispendência**, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, concluo pela inadmissibilidade do recurso, porquanto "*não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte*". No mesmo sentido, v.g.: HC 519.170/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 21/10/2019; EDcl no AgRg no HC 532.973/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

